

“Estão escondendo a dívida”

Em 87, a dívida interna cresceu Cz\$ 4,6 trilhões, um escândalo, afirma o economista Dércio Munhoz

HELIVAL RIOS

O inimigo nº 1 da economia brasileira não é o déficit público, mas apenas um dos seus componentes: a dívida pública mobiliária (interna). Isso, entretanto, não é reconhecido pelo governo, hoje totalmente perdido num jogo de “faz-de-conta”, e conduzindo a economia para o caos, com base em um diagnóstico completamente equivocado. As afirmações são do professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista concedida ao Estado.

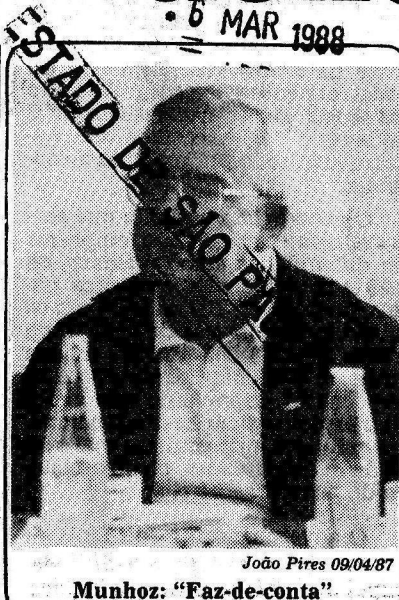
O Ministério da Fazenda e o Banco Central, segundo o professor, fazem tudo para camuflar a dívida mobiliária, na tentativa de impedir que venha a público o maior escândalo de todos os tempos. Em 1980, a dívida mobiliária era equivalente a US\$ 10 bilhões, e agora está se aproximando de US\$ 100 bilhões, sem que se tenha usado um centavo disto para cobrir gastos do governo. Até quando um escândalo desses ficará encoberto? E quando os sindicatos, a população, e os políticos descobrirem isso, o que vai acontecer nesses pais? — indaga o professor.

Para esconder este escândalo, o governo fica chamando atenção para os gastos governamentais, amea-

çando corte de custeio, demissões de pessoal. E não fala nada sobre o giro da dívida pública. Num ano em que o Orçamento global da União (1987) foi de Cz\$ 1,2 trilhão, a dívida mobiliária do governo passou de Cz\$ 900 bilhões para Cz\$ 5,5 trilhões. Registrou um aumento, portanto, de Cz\$ 4,6 trilhões, o que deixa evidente que todos os cortes de gastos propostos hoje são meors pingos d'água. As despesas de pessoal do governo em 1987 foram de Cz\$ 300 bilhões, portanto, de 27% do total das despesas do governo. Ou seja, enquanto gastou Cz\$ 300 bilhões com pessoal, a dívida mobiliária se elevou em Cz\$ 4,6 trilhões. “Então, veja bem — diz Munhoz —, se o governo resolvesse demitir todos os funcionários, todos, ainda assim não resolveria em nada o problema. O crescimento da dívida, em vez de ter sido de Cz\$ 4,6 trilhões, teria sido de Cz\$ 4,3 trilhões. Não teria alterado em nada”.

DESINFORMAÇÃO

Dércio Munhoz atribui a desinformação geral sobre as finanças públicas às afirmações no sentido de que são os gastos do governo que têm provocado um crescimento da dívida mobiliária. Esta afirmação, para ele, é inteiramente mentirosa.



“Eu tenho dados anuais mostrando que até 1985 a transferência da venda de títulos para angariar recursos para o Tesouro foi de zero. Absolutamente zero. Em 1986, se fez a primeira transferência, de Cz\$ 100 bilhões. Mas tudo não passou de um jogo contábil, fruto da unificação orçamentária. Aí, pela primeira vez, se emitiu papéis para dar Cz\$ 100 bilhões ao Tesouro, que receberá novas responsabilidades. Mas quando o Tesouro colocou esses títulos, quem os comprou foi o Banco Central, com dinheiro do próprio Tesou-

ro. Ou seja, uma ficção contábil. Mas até 1985, ano após ano, o que se transferiu da venda de títulos para cobrir gastos do governo foi absolutamente zero. Muito ao contrário, foram feitas transferências de recursos da arrecadação tributária, para cobrir uma parte, ainda que pequena, dos encargos da dívida mobiliária. E veja bem, eu só trabalho com dados oficiais.”

Para o professor Dércio Munhoz, a política econômica do feijão-com-arroz vem revelando um total desconhecimento das finanças públicas. Trata-se, na realidade, de uma política que tenta arrancar o aplauso fácil da Fiesp, diz o professor. O governo não vai conseguir controlar a inflação pelo caminho do controle dos gastos com pessoal, afirma. Pelo contrário, acha que os problemas vão agravar-se, pois virá daí uma completa desorganização do setor público. Acha absurdo o conceito de déficit público do FMI, aceito docilmente pelo Banco Central, que registra como déficit a necessidade de financiamento do setor público.

“Quando o governo diz que o déficit público é de 5,4% ou 6% do PIB está falando numa ficção, pois não inclui aí, por exemplo, o crescimento da dívida mobiliária, e, em contrapartida, considera coisas que, absolutamente, não são déficit, como os empréstimos tomados pelas estatais lucrativas.” A rigor, diz Munhoz, o déficit mesmo, se for le-

vado em conta a dívida mobiliária, é de mais de 10% do PIB.

Em 1986, destaca o professor, a Petrobrás figurava entre as dez empresas mais lucrativas do mundo, com um lucro de US\$ 2 bilhões, uma empresa que teve condições de bancar todos os seus investimentos com recursos próprios, no Brasil e no Exterior. “Mas como a empresa tomou emprestado US\$ 1 bilhão para financiar os estoques de álcool, isso passou a figurar no déficit público, porque o critério é necessidade de financiamento. Mas isso não é déficit. Ora, as empresas estatais são lucrativas. Elas dão dividendos ao Tesouro, seu maior acionista, e dão receitas de muitos milhões de cruzados de Imposto de Renda. E isso jamais foi dito.” Déficit público, frisa, é todo encargo da dívida que não tenha sido coberto pelo orçamento fiscal.

Por causa dessa confusão de conceitos, diz Dércio Munhoz, o governo deixa de ser racional. “Se o governo de São Paulo tomou emprestado US\$ 500 milhões para construir uma nova rodovia litorânea, aí o governo quer cortar o investimento que a RFFSA pretendia fazer para transportar soja no Paraná. Ou então tenta impedir que um município construa uma rede de água e esgoto, porque o seu vizinho assumiu uma dívida grande e construiu um estádio de futebol. Isso é uma coisa irracional.”

Brasília/Ag. Estado